

NECROBIOPOLÍTICA DE GÊNERO: ANÁLISE DO DOSSIÊ DE ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2022

Thais Geraldo Oliveira de Aguiar¹

Taina Guerra Chimieski²

Raquel Pereira Quadrado³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022. O documento é levado ao público para que se possa refletir sobre os elevados índices de assassinatos contra a população trans no Brasil. Para isso, apoiamo-nos no conceito de necrobiopolítica para entender como o estado age em relação a determinados grupos que vêm transgredindo com as normas de gênero impostas pela nossa sociedade. Com isso, busca-se analisar a distribuição desigual do direito à vida e ao reconhecimento da humanidade, problematizando como se tira a vida de certos grupos da população com muito mais frequência e de forma mais violenta do que de outros. A análise utiliza ferramentas da arqueogenealogia foucaultiana. Os dados analisados apontam que essas vivências são engendradas por uma engrenagem social, cultural e simbólica que produz interações sociais por meio da gestão da morte e de processos de invisibilização, fazendo com que certas vidas na nossa sociedade pareçam ter menos valor do que outras.

Palavras-chave: vivências trans, gênero, vidas precárias.

1 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências – FURG. Email: thaisaguiar.furg@hotmail.com;

2 Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – FURG. Email: taina.bio@hotmail.com;

3 Doutora em Educação em Ciências, Professora Associada do Instituto de Educação – FURG, vinculada ao PPG em Educação e ao PPG em Educação em Ciências - FURG. Email: raquelquadrado@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Início a escrita deste artigo com alguns questionamentos que vem instigando o meu pensamento: como se tira a vida de certos grupos da população com muito mais frequência e de forma mais violenta do que de outros? Por que a vida de alguns vale menos do que a vida de outros? Quais existências contam como vidas? Quais as condições para que uma vida seja passível de luto? Por que certas vidas provocam mais luto do que outras?

A filósofa Judith Butler, uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria queer coloca que

Vidas são apoiadas e mantidas diferentemente, e existem formas radicalmente diferentes nas quais a vulnerabilidade física humana é distribuída ao redor do mundo. Certas vidas serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra. Outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como “passíveis de ser enlutadas”. (2020, p. 52)

O pensamento de Butler (2020) sobre vidas não passíveis de luto, vidas precárias, move a escrita desta pesquisa, a autora fala em vidas que são destrutíveis, vidas que são perdíveis, vidas que não são dignas de serem vividas, que podem ser sacrificadas, porque são consideradas para muitos como ameaça à vida da forma que conhecemos. A autora coloca que a pessoa estar viva nem sempre é ser reconhecida como uma vida:

Na verdade, uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida. Situa-se fora do enquadramento fornecido pela norma, mas apenas como um duplo implacável cuja ontologia não pode ser assegurada, mas cujo estatuto de ser vivo está aberto à apreensão (BUTLER, 2018, p. 22)

Diante destas discussões, o dado de que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo atravessa o meu pensamento, para estas não existe reconhecimento de vida inteligível, pois estão rompendo com o padrão normativo de gênero, para estas pessoas resta a precariedade, resta a vida não passível de luto.

Neste artigo discuto os dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no dossiê de assassinatos e violência

contra travestis e transexuais brasileiras, publicado em 2023, como uma forma de necrobiopolítica.

METODOLOGIA

Para análise do dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022, publicado em 2023, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) assumo algumas ferramentas inspiradas na arqueogenealogia foucaultiana, entendendo este documento como monumentos como nos propõe Michel Foucault:

em nossos dias a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (2008, p. 08)

A partir de tal análise entendo que este documento surge através de condições de possibilidades enraizadas estruturalmente na nossa sociedade como o machismo; o racismo; a transfobia; o pânico moral, os ideais misóginos e conservadores que fizeram com que hoje chegássemos a ser o país que mais mata pessoas trans no mundo. Logo, percebemos que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade” (FOUCAULT, 2011c, p. 12) E as políticas que circulam aqui nos constituem enquanto sujeitos e produzem nossas vivências.

Para Foucault pensar de forma arqueológica é fazer uma descrição detalhada e objetiva das regras através das quais o discurso organiza e “origina” não somente a si, mas também as práticas sociais, institucionais e culturais de uma determinada época, tempo e lugar. Abrindo espaço para pensar de forma genealógica, problematizando não a origem destas vivências, mas as condições de possibilidade e as relações de poder que as atravessam para que alcançássemos o “título” de ser o país mais violento para determinados grupos da população.

Sendo assim, busco alguns traços da genealogia para compreender que forma tais políticas foram se consolidando e proliferando no Brasil, tomando a genealogia como uma das formas de olhar para o presente. E, ainda, busco na arqueologia a história que fez com que essas vivências fossem produzidas neste **não** lugar, não em busca de uma origem, mas sim das condições de possibilidade que fizeram deste um lugar outro, percebendo as relações de poder e saber que as atravessam.

O dossiê da ANTRA é uma publicação anual organizada pelas ativistas trans Bruna Benevides e Sayonara Nogueira, o documento é levado ao público para que se possa refletir sobre os elevados índices de assassinatos contra a população trans no Brasil. De acordo com Benevides e Nogueira:

A violência transfóbica, o discurso de ódio e uma ideologia antitrans tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos. Aliado a cena caótica, houve à disseminação de *fakenews* e o recorrente uso do *trans panic* como forma de ter alcance (e muitas vezes, relevância sobre a pejorativização dos grupos) na internet, angariando adeptos e aproximando grupos antagônicos para a unificação e fortalecimento de uma disputa *cissexista* (2022, p. 09)

O levantamento realizado pelas organizadoras é feito de forma quantitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans brasileira que possibilite esses índices de forma mais precisa, e mesmo estes dados não refletem exatamente a realidade sobre os assassinatos e/ou a violência contra pessoas trans devido as próprias limitações da pesquisa na busca dos dados, sobretudo pela inexistência de informações governamentais sobre violência LGBTIfóbica, onde os estados e o governo federal insistem em uma política de manutenção da subnotificação sistêmica para negar a violência específica contra essa população. Dessa forma, as fontes utilizadas para esta pesquisa são de dois tipos: primária e secundária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, existe uma ausência de dados governamentais das secretarias de segurança pública com relação aos assassinatos da população trans, sendo assim a ANTRA faz um dossiê anual sobre as mortes de travestis e transexuais, visto que estes dados não são contabilizados de forma discriminada como deveriam. Para este fim a associação não conta com nenhum recurso (financeiro ou material) realizando de modo autônomo o levantamento dos assassinatos tanto no ambiente virtual como in loco por todo país, nos municípios, delegacias, hospitais, IML e etc, a falta de apoio e investimento do Estado dificulta o acesso às informações que, muitas vezes, são negadas, sigilosas ou inexistentes.

De acordo com o documento de 2022, o Brasil assegurou o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média, comparado a outros anos. O Dossiê também traz dados do projeto

de pesquisa Trans Murder Monitoring (TMM)⁴ que monitora, coleta e analisa sistematicamente os relatórios de homicídios de pessoas trans e com diversidade de gênero em todo o mundo e desde o início do levantamento, em 2008, o Brasil tem sido o país que mais reporta assassinatos de pessoas trans no mundo. Do total de 4.042 assassinatos catalogados pela TGEU, 1.549 foram no Brasil. Ou seja, sozinho, o país acumula 38,2% de todas as mortes de pessoas trans em esfera global.

Segundo as autoras Bruna Benevides e Sayonara Nogueira nos últimos cinco anos em que esta pesquisa foi realizada no país foi identificado a existência de um ciclo de exclusões e violências, à vista disso foi necessário detalhar os marcadores que são responsáveis por este processo de precarização das vidas e vulnerabilização das pessoas trans. Visto que “esse ciclo leva as pessoas trans à marginalização e, conseqüentemente, à morte, social e física, seja por falta de acesso a direitos fundamentais, sociais e políticos, ou, ainda, pela omissão do Estado em garantir o bem-estar social dessa população” (2022, p. 39).

Sendo assim, além de quantificar os assassinatos, foi traçado um perfil das vítimas elencando, sempre que possível, outros marcadores para além do gênero, como idade, classe/contexto social e raça. Foram 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais e 05 casos de homens trans e pessoas transmasculinas, não foram encontradas informações de assassinatos de pessoas não binárias na pesquisa deste ano.

Analisando esses índices percebemos uma abjeção ao feminino. É inegável que todas vivências trans sofrem com as questões de violência, mas fica evidente que as que se aproximam do feminino estão mais expostas ao preconceito, isso se dá porque o feminino é o gênero mais desvalorizado na sociedade em que vivemos e torna-se ainda mais vulnerabilizado quando deslocado dos corpos de mulheres não trans (BENTO, 2016, p. 53).

Como afirma o autor Jorge Leite Jr. “um dos grupos sociais que atualmente mais causam repulsa, medo, ódio e, ao mesmo tempo, curiosidade, espanto e desejo são o das pessoas que transitam entre os gêneros e/ou sexos” (2012, p. 559). Ademais, neste ano foram divulgadas nas mídias reportagens com um levantamento apontado pelo site pornô RedTube, mostrando que os brasileiros são os mais interessados em procurar vídeos onde as protagonistas são travestis e mulheres trans e, simultaneamente, é o local que mais mata travestis e trans no mundo, ou seja, temos um duplo movimento de abjeção e desejo.

A identidade racial das vítimas foi possível de ser traçada, na maioria das vezes, através de pesquisas em seus perfis nas redes sociais, já que quando os

⁴ <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

assassinatos eram divulgados esse marcador essencial para traçar o perfil das vítimas estava ausente. Conforme a pesquisa 81% das vítimas eram travestis/mulheres trans negras – pretas e pardas (de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), evidenciando o fato de que é a população negra a que tem maiores chances de ser assassinada.

Segundo o que também é apresentado no relatório a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada, em 80% dos casos apontados pela Associação houve algum tipo de crueldade como: apedrejamento, carbonização, decapitação, espancamento.

Segundo a autora Judith Butler:

Se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas uma vez que elas já foram negadas. Mas elas têm uma maneira estranha de permanecer animadas e assim devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou, melhor, nunca “foram”, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente nesse estado de morte. A violência renova-se em face aparente inesgotabilidade do seu objeto. A desrealização do “Outro” significa que ele não está nem vivo nem morto, mas interminavelmente espectral. (2020, p. 54)

A autora Berenice Bento propõe um acoplamento conceitual entre a necropolítica de Mbembe e a biopolítica de Foucault, elaborando assim um conceito novo a necrobiopolítica, que revela-se potente já na grafia da palavra colocando o necro – que representa essa política de morte – antes mesmo das políticas de gerenciamento da vida. Nessa perspectiva, penso que as políticas de gênero e sexualidade que temos atualmente no Brasil se dá por uma necrobiopolítica. Para a autora:

Necropoder e biopoder são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam os marcos do Estado-nação. Vida vivível e vida matável, para utilizar os termos de Giorgio Agamben, são formas de gestão da população e não podem ser postas em uma perspectiva cronológica, em que o necropoder (ou poder soberano) teria sido ultrapassado pelo biopoder. (BENTO, 2018, s/p.)

Portanto o mecanismo central de uma necrobiopolítica é a prática de uma guerra social de determinados grupos sociais contra outros grupos sociais. A gestão destes grupos em um Estado governamentalizado, segundo essa maquinaria

política, faz-se através da guerra de uns contra outros, da eliminação de determinados grupos para a afirmação de outros, aproximando-os de práticas fascistas que vão se proliferando até instituir um fascismo de Estado.

Sendo assim, essa lógica faz parte de um campo de exclusão e extermínio socioeconômico, nos quais o exercício de uma necrobiopolítica “empurre” a morte aqueles que não são capazes de encaixar-se dentro das normativas manipuladoras e prescritivas em que a sociedade é organizada. É inegável que vivências trans incomodam, justamente por abrirem fissuras nos espaços em que transitam que tem como premissa uma lógica heteronormativa, onde o gênero, o sexo, e a sexualidade devem seguir uma inteligibilidade.

Nesse sentido, considero que o ato de matar pode estar associado ao homicídio, a invisibilização, a expulsão, a estigmatização, a exclusão social e a negação de direitos, mas também à exposição à morte, à replicação dos riscos de morte, como o medo de viver com o dado de que a média da expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos, menos da metade da expectativa do resto da população brasileira.

Penso esses transfeminicídios como um regime político de racismo de estado onde essa população é morta, na maioria das vezes brutalmente, como uma tentativa de assepsia. Sendo assim, elimina-se uma parte da população em nome do bem-estar de uma comunidade. Isso é evidenciado quando alguns crimes são filmados e divulgados na internet, e através dos comentários que circulam nas publicações com relação aos crimes transfóbicos, vivências trans são uma “ameaça a família tradicional brasileira, ao cidadão de bem, branco, heterossexual, cisgênero, cristão...”, “pessoas trans não podem reproduzir”, são “aberrações”, “transtornados”, “anormais” ... Assume-se então como não passível de luto a morte dessa população em nome de uma moralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de dados, e de intervenções estatais pela promoção de direitos das pessoas trans, tende a aprofundar a vulnerabilidade de tal população à violência, especialmente quando cruzamos outros marcadores, além do gênero, como de raça, classe social e idade.

É preciso analisar o transfeminicídio e a violência que ele admite contra pessoas trans sob um olhar multifatorial, que entenda a complexidade do contexto em que essas pessoas estão ou são colocadas e os processos que enfrentam devido à sua condição enquanto pessoas não-cisgêneras.

Sendo assim, concluo que as vivências trans são perpassadas por uma bio(-necro)política compreendida como uma engrenagem social, cultural e simbólica que produz interações sociais por meio da gestão da morte e a invisibilização, fazendo com que certas vidas na nossa sociedade tenham menos valor do que outras. Desta forma, não existe reconhecimento de vida inteligível para aqueles e aquelas que estão rompendo com o padrão normativo de gênero, para estas pessoas resta a precariedade, resta a vida não passível de luto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTRA, Associação nacional de travestis e transexuais. Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil. Disponível em:< <https://antrabrasil.org/assassinatos/>> Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (Org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 43-68.

Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, (53). Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413> BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 5ª ed. 2018.

_____. (2020) *Vida Precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica. FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. 2008.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução e organização Roberto Machado. 28. ed. São Paulo: Graal, 2011c. Título original: *Microfísica del Potere*.

LEITE JR, Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in) segurança social e identidades transgêneras. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, 2012. p. 559-568.